

INTERVENÇÕES URBANAS EM ÁREAS EM TRANSFORMAÇÃO DE CIDADES DA AMÉRICA LATINA

Eduardo Alberto Cusce Nobre e Jorge Bassani (Org.)
São Paulo: FAU USP, 2015.

Luciana de Oliveira Royer

Universidade de São Paulo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil

Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina é uma coletânea de artigos organizada pelos professores Eduardo Nobre e Jorge Bassani, do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Composto por nove textos, mais uma apresentação de autoria dos organizadores, o livro é dividido em três partes. A primeira delas aborda os impactos da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil, a partir de estudos de caso que focalizam as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza. A segunda examina intervenções em áreas centrais, como a experiência do *Paseo de la Reforma* na Cidade do México, o projeto Nova Luz em São Paulo e as recentes transformações em Challao, na Argentina. Por fim, a terceira parte trata de intervenções urbanas em áreas ambientalmente frágeis, como os igarapés de Manaus e a atual expansão urbana de Belém do Pará, e também de intervenções em áreas urbanas abandonadas, como a estrada de ferro da cidade argentina de Santa Fé.

Ainda que os artigos sejam significativamente heterogêneos no que diz respeito às abordagens teóricas, à escala analítica e às características dos casos estudados, a obra, em conjunto, possui um fio condutor: a reflexão acerca das recentes intervenções em áreas em transformação em algumas cidades latino-americanas. Na apresentação (p. 5-14), os organizadores sugerem uma conceituação para a expressão “áreas em transformação”. Estas, na aceção deles, são “áreas produtivas obsoletas [...], centros históricos abandonados, [...] terrenos vagos ou subutilizados” (p. 6). A partir da constatação de que a reestruturação produtiva, em curso

desde final da década de 1970, impactou fortemente as cidades em todo o mundo, os autores chamam a atenção especificamente para projetos de renovação urbana, que incluem mudança de uso e construção de grandes empreendimentos multifuncionais em cidades de países desenvolvidos. Partindo dos projetos das London Docklands, do Battery Park em Nova Iorque e da Vila Olímpica em Barcelona, Nobre e Bassani sublinham que as experiências examinadas em cada um dos artigos são parte integrante do mesmo processo de atração de capitais e investimentos financeiros nas cidades, fenômeno que integra o estudado e conceituado por Harvey (1996) como “empresariamento urbano”.

Outro ponto de conexão entre os casos analisados pode ser observado na resistência e na oposição exercidas pelos setores populares impactados, direta e indiretamente, por diferentes intervenções urbanas. Os questionamentos e resistências elaborados por meio de instrumentos participativos formalmente constituídos – como o Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Projeto Nova Luz (GATTI, p. 121-140), através do qual a representação da sociedade civil conseguiu mover uma ação judicial na Defensoria Pública em São Paulo – são vistos pelos autores como um passo importante na construção de uma oposição à tendência, quase inexorável, da estruturação e implementação de grandes projetos urbanos. Indo na direção desse argumento, a paralisação e a mudança de planos obtida junto ao complexo de intervenções do Novo Maracanã também podem ser lidas como uma vitória da intensa mobilização das populações atingidas pelo projeto.

O discurso do legado das grandes intervenções feitas para os megaeventos é tema do artigo “A reforma do estádio do Maracanã para a realização da Copa do Mundo 2014: impactos sociais e urbanos”. De acordo com Leal *et al.*, esse tipo de discurso legítima e favorece as denominadas “estratégias locais de valorização fundiária” (p. 20). Nesse texto, há uma pertinente problematização da noção de legado dos grandes eventos. Os autores apontam para o caráter ideológico da expressão, que visa, na realidade, à “promoção do consenso” – ação necessária para legitimar as obras e os recursos públicos que serão utilizados na implementação delas. O processo

de construção do complexo do Novo Maracanã mostrou como a mobilização popular e o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro foram fundamentais para que o curso da transformação espacial fosse modificado: não houve, por exemplo, a completa demolição dos equipamentos educacionais e esportivos que estavam na mira do projeto inicial.

Ao que tudo indica, nas experiências do Rio de Janeiro, de Fortaleza e de Porto Alegre, a participação da população no processo decisório de elaboração e gestão de projetos relacionados aos megaeventos sucumbiu ao fim do exíguo tempo requerido para a contratação das obras, tendo sido relegada a uma participação, no máximo, instrumental. Em contrapartida, as muitas mudanças institucionais e legais, como a aprovação em nível federal do Regime Diferenciado de Contratações, bem como as medidas para concessão administrativa de gestão, operação e manutenção dos equipamentos entre outras foram autorizadas com rapidez. Ressalte-se que Leal *et al.* (p. 17-36) pontuam que, no caso do Novo Maracanã, ocorreram mudanças institucionais e legais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Processo similar pode ser verificado nos municípios de Fortaleza (VIANA, p. 71-92) e Porto Alegre (ROVATI, p. 37-69), os quais possuem obras e complexos um pouco diferentes entre si, mas movidos pelas mesmas estratégias de legitimação. Nessas três cidades, enfim, observa-se que as obras propagandeadas como aquelas que deixariam um legado histórico ou não se iniciaram (Porto Alegre) ou estão paralisadas (Rio de Janeiro e Fortaleza).

As estratégias de acumulação dos agentes que produzem o espaço construído são também tematizadas pelos artigos que abordam a expansão urbana de Belém (LIMA *et al.*, p. 163-188) e a última renovação do Paseo de La Reforma (LÓPEZ, p. 95-120). Ainda que no primeiro caso se trate da expansão da mancha urbana para áreas ambientalmente frágeis e, no segundo, de uma renovação no seio da Cidade do México, verifica-se, em ambos os exemplos, a estratégia de rentabilidade de empresas internacionais com suas coalizões locais, sob a direção de fundos internacionais que buscam lucratividade a partir de intervenções urbanas de porte. O Paseo de la Reforma trouxe, como sustenta López, a moderni-

dade necessária para o governo da cidade, transformando a avenida em um dos seus mais importantes centros financeiros. Além disso, o programa de renovação de cidades globais foi seguido à risca no Paseo, com usos de atividades comerciais e de serviços de luxo em edifícios com assinatura de arquitetos renomados.

Já em Belém, o contexto da crise de 2008, a ampliação do crédito habitacional e a criação do programa Minha Casa, Minha Vida formaram as condições necessárias aos interesses locais para abertura de novas frentes de expansão imobiliária. Como Lima *et al.* assinalam, por um lado, “a extração de riqueza pela transformação do ambiente construído de Belém é tão reduzida que parece não despertar interesse [...] [para] capturar megaeventos esportivos para a cidade”; por outro, os projetos de expansão urbana, como o Nova Belém, parecem trazer “uma carga de peculiaridades que a torna a face do grande projeto urbano em espaços de formação econômica periférica” (p. 168).

Uma investigação dos financiamentos internacionais em países em desenvolvimento, como aqueles do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pode ser outra forma de observar as características do processo de inserção do espaço urbano no circuito de valorização do capital financeiro atual. A experiência do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), como demonstra Batista (p. 189-213), embora não seja esse o ponto central de sua análise, auxilia na compreensão dos efeitos da normatividade, implícita e explícita, na concessão de empréstimos internacionais. Lembre-se, por exemplo, que um dos indicadores de sucesso dos programas financiados com recursos do BID é a valorização imobiliária dos imóveis do entorno das intervenções.

Para concluir, apesar de ser significativa a diferença entre as experiências estudadas, fato que impede uma análise única, cada um dos casos levanta questões que dialogam com as discussões associadas aos grandes projetos urbanos no atual contexto de dominação do capital financeiro. O livro contribui, portanto, para o conhecimento da produção e estruturação desses complexos imobiliários urbanos.

Luciana de Oliveira Royer: luroyer@usp.br.